

SESSÕES DO PLENÁRIO

39ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de maio de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 06/04/2016.

Do Deputado Pastor Sargento Isidório comunicando que, devido a

compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 06/04/2016.

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 25 à 27/04/2016, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, deputados presentes, subo a esta tribuna hoje, com muita tristeza, Sr. Presidente, para ler uma moção de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Batista Machado, ex-prefeito da cidade de Senhor do Bonfim.

Faço questão de ler esta moção em registro e solidariedade aos seus familiares e também ao povo bonfinense.

(Lê): “Pela presente, solicito à Assembleia Legislativa da Bahia inserir na ata dos seus trabalhos moção de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Senhor do Bonfim Paulo Batista Machado, na noite da última sexta-feira, 29 de abril, aos 67 anos. Filósofo, teólogo, escritor, PhD, político e educador, Paulo Machado era professor da Uneb e deixa esposa, seis filhos, irmãos e admiradores.

Sua biografia, publicada em seu blog, mostra uma trajetória vitoriosa e diz que nascido em Itabuna e registrado na cidade de Itapé, seu coração mesmo era bonfinense. 'Se fosse escolher, teria escolhido nascer em Senhor do Bonfim', afirmou. Andou muito para estudar: Seminário Menor Nossa Senhora de Lourdes, em Senhor do Bonfim; Seminário Nossa Senhora do Bom Conselho, em Amargosa, Seminário Central da Bahia, em Salvador, e Teologia na Escola Teológica da Congregação Beneditina Brasileira, no Rio de Janeiro. Segundo ele, os estudos lhe possibilitaram a ordenação como sacerdote na Catedral de Senhor do Bonfim, e depois vigário. Foi vigário também da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, abrangendo os municípios de Saúde, Caldeirão Grande e Mirangaba, além da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Maricá, Rio de Janeiro. Deixou o sacerdócio, se casou com dona Dione Gonçalves e concluiu o curso de Filosofia na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rei, Minas Gerais. Fez licenciatura de História na Universidade Católica do Salvador. cursou mestrado em Educação na Universidade Federal da Bahia e fez doutorado em Educação na Universidade de Quebec, em Montreal, no Canadá. Foi diretor do Colégio Osvaldo Pereira, em Saúde, e do Ginásio Diocesano de Senhor do Bonfim. Foi professor da Universidade Católica do Salvador, da Faculdade de Educação de Senhor do Bonfim (FESB), pertencente à Universidade do Estado da Bahia. Paulo Machado também foi poeta, historiador e cronista, tendo publicado vários livros: 'Maricá, meu Amor'; 'Viagem' (em co-autoria com Wanderley F. Mendes); 'Re-vivências'; 'Cartilha histórica sobre as origens de Senhor do Bonfim';

'Dom Antônio Monteiro: um santo vela sobre nós'; 'Senhor do Bonfim: minha rua, minha história'; 'Notícias e saudades da Vila Nova da Rainha'; 'Três longas poesias e alguns poemas curtos'; 'Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano'; e 'Introdução Teórico-Metodológica à Teoria das Representações Sociais'. Incansável, fundou e foi presidente da Academia de Letras e Artes de Senhor do Bonfim (ACLASB), pertenceu à Academia de Letras e Artes do Estado do Rio de Janeiro (ACLERJ), ao Instituto Histórico de Niterói e ao Ateneu Angrense de Letras e Artes, de Angra dos Reis.

Em sua trajetória política, foi vice-prefeito de Senhor do Bonfim e também secretário de Educação, Cultura e Esporte do município, além de presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado da Bahia. Em 2008, se elegeu prefeito do município pelo Partido dos Trabalhadores, apoiado pelos partidos PCdoB, PV, PSB, PMN, PSDB, PHS, PSL, PRB.

Sua trajetória acadêmica mereceu uma homenagem da Reitoria da UNEB, que exaltou sua atuação como diretor do Departamento de Educação (DEDC) do Campus VII, em Senhor do Bonfim. A universidade lembrou que Paulo Machado possuía sólida formação acadêmica, era muito estimulado pela comunidade acadêmica e marcou sua trajetória docente e profissional pela competência, idoneidade, ética e grande desprendimento, sempre se dedicando a promover o bem comum da sua coletividade, seja na UNEB, seja no município.

Nesse momento de dor, prestamos nossa solidariedade à família e amigos. Temos a certeza de que suas realizações foram importantes para o desenvolvimento do município de Senhor do Bonfim e servirão de exemplo para futuras gerações contribuírem com a construção de uma cidade cada vez melhor para o seu povo.

Dê-se ciência da presente Moção à família, à Prefeitura Municipal, na pessoa do prefeito Edivaldo Martins Correia, e à Câmara de Vereadores, na pessoa do seu presidente Laércio Muniz.”

Fica, aqui, o registro em memória deste grande homem. O Sr. Presidente o conhece bem, não é, deputado Adolfo? Ele é uma figura que deixa um legado histórico em Senhor do Bonfim. Ele era um homem da educação mas, acima de tudo, um grande pai, uma grande figura humana.

Um abraço. Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros das galerias e aqueles que nos ouvem através da *TV Assembleia*, iniciaremos, hoje, a semana com a possível votação do Plano Estadual de Educação. Plano este elaborado de forma democrática e republicana e foi enviado a esta Casa com as colaborações

significativas do Fórum Estadual de Educação, de 48 entidades, das universidades e com debate nesta Casa na Comissão de Educação e na Comissão Direitos da Mulher.

Eis que nos deparamos com o problema de emendas que pretendem excluir a palavra gênero e sexualidade do seu texto; coisa que nós consideramos um retrocesso e um perigo, porque isso influenciará, obviamente, o combate à violência contra a mulher e a promoção da diversidade.

Deputado Bobô, nós não podemos deixar alguns documentos circularem sem esclarecimentos, pois os mesmos estão circulando dentre os deputados e gerando uma desinformação sobre o que seria gênero; inclusive dizendo que a manutenção da palavra gênero vai gerar uma impossibilidade de termos banheiros femininos ou masculinos. Tais documentos incluem, também, acabar com o Dia dos Pais ou o Dia das Mães ou, até, gerar práticas sexuais.

Não é nada disso!

Como presidente da Comissão Direitos da Mulher, queremos debater o assunto com seriedade. Queremos uma educação inclusiva voltada para a cidadania. Não podemos fazer apologia de coisas que são mentirosas e são desinformações. A Constituição garante a educação inclusiva que requer solidariedade entre os gêneros.

O que é gênero? É a identidade social das possibilidades que foram fundamentadas inclusive em relação de poder.

Hoje, quando na escola estamos tentando promover a equidade de gênero é, exatamente, para a igualdade entre as pessoas do ponto de vista do direito. Não quer dizer que homens e mulheres vão ser iguais, mas quer dizer que as possibilidades são iguais.

Muito da violência contra a mulher é, exatamente, fruto de uma educação lá atrás machista e sexista que diminuiu a mulher em suas possibilidades, colocando a mulher como se fosse o sexo frágil e o homem como se fosse o sexo forte. São identidades sociais que geram um preconceito, porque elas vêm de raízes históricas, culturais e étnicas.

Quanto à formação de professores para debater isso nos espaços das escolas, ela é desejável, deputado Marcelino. Ninguém está fazendo propaganda ou apologia. Existe uma ideologia, mas ninguém está fazendo uma propaganda, que vai gerar essas consequências.

Amanhã, vamos estar nas comissões conjuntas, debatendo para dizer: gente, por favor! Não vamos acreditar em desinformação, deixando de aprovar na integralidade o Plano Estadual, que foi enviado a esta Casa, fruto de estudos, fruto de pesquisas.

Não se trata de uma disputa partidária, onde de um lado estão as famílias e do outro as pessoas que não defendem as famílias. Pelo contrário, não se trata de usurpar o pátrio poder da educação. A educação está dividida entre a escola, espaço onde se formam seres reflexivos, e a família – está escrito na Constituição –, mas é na escola onde a gente pode formar as crianças e adolescentes, porque lá estas discussões vêm.

Então, a gente quer defender a igualdade, a gente quer dizer não ao retrocesso, a gente quer estimular uma educação que seja libertária, que seja respeitosa entre os gêneros e que não que aprofunde os processos discriminatórios.

É isso que nós estamos, como presidente da Comissão da Mulher, a defender. Eu convido a todos, amanhã, para na reunião conjunta das comissões, fazermos esse debate de forma franca, de forma transparente, de forma a informar e não desinformar e colaborar, assim, com o preconceito.

Vamos dizer não ao retrocesso, por uma inclusão solidária, por equidade de gênero e por uma educação inclusiva e cidadã.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados e Deputadas, servidores desta Casa, senhores da imprensa, gostaria de transcrever e registrar o que é a história.

Ontem, lendo o editorial do jornal *A Tarde* vimos o título: “O Benefício à Saúde Pública”. Neste editorial se registra e se comenta o desempenho dos programas sociais mais importantes, de um impacto muito grande, principalmente, sobre a melhora do atendimento à saúde do povo mais pobre do nosso País. Aqui diz que embora tenha provocado uma avalanche de críticas, hoje, se constata o que foi o desempenho deste programa.

Então, lembramos o que foi a resistência, principalmente, a representação da categoria dos médicos, claro que não todos, mas, principalmente, aqueles mais corporativistas, sobre a presença de médicos de outros países, aqui, na nossa cidade e no nosso País. E que a intenção do programa não era trazer médicos de outros países, mas suprir uma carência muito grande, principalmente nas periferias das grandes cidades, que são lugares considerados perigosos, que não tinham a presença de um profissional da saúde, também no interior mais longe, nos rincões deste País, que não tinham a oportunidade de contar com a assistência médica.

Este programa possibilitou não só a assistência médica, mas ele também era associado à possibilidade da formação médica, que é importante porque precisamos suprir essa deficiência de profissionais nas diversas cidades, temos que fazer formação, e é um curso caro, um curso que demanda professores e há uma dificuldade concreta.

Estive, na semana passada, na Universidade Federal do Oeste Baiano, e na de Jequié, que é estadual. Lá, da mesma forma, nós temos uma grande dificuldade de arregimentar professores, porque o mercado de trabalho desses municípios não comporta ou não é suficiente para atrair médicos. E, com isso, se torna bastante difícil

se selecionar e se arregimentar professores, porque somente o salário de professor não é um atrativo para preencher essas vagas nas nossas universidades. Mas, o Mais Médicos não é só levar o médico até esses locais, mas também formar, abrir a possibilidade de essa demanda ser atendida através da formação de novos profissionais.

Então, vimos hoje, e é muito importante, quero que os anais desta Casa registrem o editorial do jornal *A Tarde*, para a gente fixar na história, na memória, o que foi a resistência feita a um programa tão importante como esse que é justamente o Mais Médicos.

Aqui tivemos também a participação de médicos oriundos de Cuba e até hoje alguns, ainda, dizem que o objetivo desses médicos era transferir recursos para o País e não, justamente, remunerar esses profissionais.

Então, hoje, vejo, com muita satisfação, esse editorial foi no jornal *A Tarde* de ontem, e eu gostaria que ficasse incorporado aos anais desta Casa essa comprovação de um acerto muito grande, de um programa social bastante importante da presidente Dilma que foi o Mais Médicos.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto.

A Sr^a Luiza Maia:- Eu vou falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vocês esqueceram que o PMDB vai ser governo, vai ser presidente da República. A ordem é a hierarquia de Brasília no poder.

Deputada Luiza Maia, V.Ex^a chegou depois, tenha um pouquinho de calma.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, deputada Luiza Maia, inclusive eu fiz o convite à deputada para ela ingressar nesse novo projeto de salvação nacional do nosso País. Sei que V.Ex^a tem a maior boa vontade para estar conosco nessa luta de tirar o Brasil da situação em que se encontra, deputada Luiza Maia.

Senhor Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, estive agora, deputado Adolfo Viana, conversando com os concursados que estão, aí, na luta para serem nomeados, os agentes penitenciários. Estive, ali, onde estão, legitimamente, fazendo a sua manifestação, acampados, há mais de uma semana, aqui, na Assembleia Legislativa da Bahia. E, pasmem, Srs. Parlamentares, nenhum representante do governo do Estado, sequer, foi fazer uma visita aos concursados para prestar os esclarecimentos, enfim, para discutir com aquelas pessoas que, justamente, estão na luta para serem nomeadas agentes penitenciários do Estado da Bahia.

É, realmente, de se estranhar, deputado presidente Adolfo Menezes, o porquê da não nomeação imediata dos agentes penitenciários. Não há desculpa nenhum por parte do governo para isso, já que existem, hoje, cerca de 490 Redas que estão a fazer o papel de agentes penitenciários nos diversos presídios espalhados pelo interior da Bahia. Inclusive, há decisão da Justiça que pede a imediata substituição dos atuais Redas pelos agentes penitenciários aprovados no concurso. Mas o governo insiste em não realizar essa nomeação sem dar nenhuma explicação aos concursados.

Não quero crer, Srs. Deputados, já crendo, que isso seja por questões políticas, já que o que se comenta, é que esses Redas que estão nos presídios fazendo o papel de agentes penitenciários, são por indicações políticas de parlamentares da base do governo, o que é lamentável se for essa a razão da não nomeação imediata. Já conversei com várias pessoas, e todas, inclusive procuradores do Estado, na sua unanimidade, relataram que é uma ilegalidade o que está ocorrendo, a não nomeação dos agentes penitenciários, que meramente é a substituição dos Redas que aí estão, pelos atuais concursados ao cargo de agentes penitenciários. Essas nomeações não trarão nenhum tipo de custo adicional para o governo do Estado.

Continuaremos, aqui, ao lado dos deputados da Bancada de Oposição, deputado Adolfo Viana, que tem sido um baluarte na defesa tanto dos concursados da Polícia Civil como dos agentes penitenciários, nessa luta. O governo não tem mais um motivo sequer para que não seja efetuada, de imediato, a nomeação tanto dos concursados das Polícia Civil como dos agentes penitenciários aqui no Estado da Bahia. Vou mais além, os presídios que aí estão para serem inaugurados, exigiremos também a convocação imediata dos excedentes no lugar dos terceirizados, para que se faça justiça a esses homens que estudaram, se dedicaram e foram aprovados nos concursados. E que seja, de forma imediata, realizada essas nomeações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório e, logo em seguida, falará o deputado Adolfo.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, quis me valer das duas Bíblias desta Casa: primeiro, a Bíblia católica, que está em uma das mãos, e, na outra mão, a Bíblia evangélica. Em todas elas, no Livro do profeta Isaías, o capítulo 10 diz que *“Ai dos que decretam leis injustas e dos escrivães que escrevem perversidades.”*

“Ai dos que decretam leis injustas e dos escrivães que decretam perversidades!” Então, Srs. Deputados e Deputadas, quero reafirmar a minha disposição de luta na defesa da família baiana e brasileira. Quero dizer a V.Ex^{as} que está à disposição o meu mandato, está à disposição a possível ajuda que tenho na Fundação Dr. Jesus, está à disposição a minha vida. Mas jamais vou participar de aprovação de projeto que queira bulir na escola, na sua modalidade que já está aí. Mas

tem de mudar a com professores apanhando de alunos, alunos entrando embriagados, drogados na sala de aula. Enfim, toda essa violência. E ainda agora, por outro lado, tentarem de fininho botar ensinamentos “sexuais” - entre aspas - por detrás do biombo: homossexualismo nas escolas!

Quero dizer que os defensores de tal projeto já me ofendem a todo momento. A deputada aqui está me chamando de mentiroso. Não chamo V.Ex^a de mentirosa em respeito a seu antigo marido, porque respeito os maridos, no mínimo. Então, só lhe peço que como mulher também respeite as pessoas. Está certo? Aqui desta tribuna já teve quem dissesse que era mentira que Deus criou Adão, que era mentira que Deus tirou Eva, a mulher, da costela do homem. Daqui já teve quem chamasse até Deus de mentiroso!

Quero agradecer a D. Murilo Krieger, ao nosso “cardeal”, nosso arcebispo. À CNBB, aos pastores batistas, quadrangulares - Deus é Amor! -, aos sacerdotes dos terreiros de candomblé e às lideranças dos centros espíritas, que não vão se curvar a um projeto viciado ou vicioso.

Acho que a Constituição Federal garante a todo cidadão ou cidadã, independentemente da sua opção sexual, o direito... O Art. 5º é cobertor para todo mundo, homens e mulheres. Só não vamos é permitir que, de vírgula em vírgula, pessoas que parecem não ter família... A impressão que temos em relação ao comportamento dessa gente é que são filhos de chocadeiras. Eles não têm pai, não têm mãe. Não conhecem o que é casamento de macho com mulher, homem mais mulher! Casamento é homem com mulher! Casamento é mulher com homem! Família é macho e fêmea gerando filhos! O resto é conversa fiada, é fantasia!

E não posso aceitar que o Plano de Educação do Estado venha viciado, até porque conheço o governador Rui Costa - ou penso que conheço - e sei que dentro da sua dignidade ele jamais vai afrontar as famílias, independentemente de religião. Um homem que se mostra com sua esposa e seus filhos não conhece o filho sendo feito por robô. E nunca vai conhecer! Filho é feito pelo homem junto com a mulher. Ele é prova disso! Então, não vai querer viciar o Plano Estadual de Educação.

Se querem mudá-lo, devolvam a oração do Pai Nosso. Lembro que antigamente, antes de entrarmos na sala de aula, nós, independentemente de religião, rezávamos, orávamos o Pai Nosso. Antigamente, antes de entrar na sala de aula, cantávamos o Hino Nacional! Conheço a escola onde os filhos, os estudantes respeitavam os professores.

Proselitismo! Projeto viciado para o banheiro de homem ser banheiro de mulher e banheiro de mulher poder ser invadido por homens doentes. Quando esses se acharem mulheres, poderão entrar no banheiro de mulher. Abram o banheiro das vossas casas para ficar promíscuo! Lá nas suas mansões tornem o banheiro feminino promíscuo!

Na lei do Estado não votarei, porque respeito as famílias. Acredito que os deputados e as deputadas desta Casa não vão se quedar! E S.Ex^a o governador,

homem casado que sabe que foi ele com uma mulher que produziu os seus filhos, não vai permitir que a lei incentive imoralidade para as escolas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, amanhã entrarei na discussão desses horrores. Lamento uma fala como essa distorcendo toda a verdade e todo o conteúdo do que se debate no nosso Plano Estadual de Educação sobre essa questão da sexualidade e da diversidade nas escolas. Lamento porque o deputado Isidório faz um verdadeiro circo e inventa coisas que não são verdadeiras. Amanhã teremos esse debate na comissão e depois aqui no Plenário.

Quero registrar nesta Casa, hoje, que o irmão mais novo do vereador Elinaldo Araújo, Cristiano Araújo, e o seu cunhado Pedro Souza, todos do DEM, foram presos. Eles estavam foragidos desde o dia 10 de dezembro e se entregaram – se não me engano, na sexta-feira da semana passada – à força-tarefa do Ministério Público e da Polícia Civil responsável pelas investigações que culminaram na Operação Caronte.

Ele, que é apontado pela Justiça como o chefe da facção que opera jogo do bicho, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, não pode deixar o Estado e tem de apresentar relatório à Justiça todo mês das suas atividades. Também não pode se aproximar do centro comercial onde estão os boxes que utilizava indevidamente para fazer as suas jogatinas e seus esquemas no comando dessa organização criminosa.

Mas vemos, através das consultas que temos feito, que o povo de Camaçari não é bobo e não vai permitir que um chefe de organização criminosa, que hoje está em um braço da política de Camaçari, avance mais do que ele já tem, que é um mandato de vereador. A nossa cidade, hoje, já se levanta contra isso e compreende que não é possível um absurdo desses.

Para completar sobre essa questão do vereador Elinaldo, tenho de lamentar que o deputado Paulo Azi e, se não me engano, o deputado Carlos Aleluia tenham ido a Camaçari para assinar em baixo de uma pessoa com essa história e com uma postura na nossa sociedade tão clara. Ora, 6 promotores e 4 delegados investigaram, 3 juízes decretaram a sua prisão. Entretanto, sabe-se que ele disse, em uma conversa informal, que prometeu ao irmão que ele seria logo liberado através de *habeas corpus*. Mas a Justiça até já negou o *habeas corpus* desses dois. O sogro está em prisão domiciliar.

E ficamos assistindo a esses horrores, com pessoas ligadas ao DEM estadual reforçando e participando de um absurdo, de uma coisa que agride a cidade de Camaçari, que não aceita uma barbaridade dessas.

Tratarei agora de outro tema. Há alguns meses fiz um debate acerca de o jornal *A Tarde* ter no seu caderno Populares uma parte que fazia a divulgação de mulheres

de programa. E eu fiz essa discussão em algumas entrevistas quando, inclusive, apelei ao jornal, até porque esse jornal tem no seu caderno infantil *A Tardinha* uma parte que se chama *Escola Viva*, que atrai as crianças para a sua leitura.

Além disso, entendo como um ato de provocação que a divulgação de mulheres com posturas inadequadas saia junto de anúncios de terreiros de candomblé.

Recebemos várias denúncias de que não era possível um jornal que fazia um apelo a crianças, através desse caderno, ter uma postura dessa, que incomodava muito. Não tenho nada contra quem queira se prostituir, é um problema de cada um, mas acho que não poderíamos permitir que um jornal do porte de *A Tarde* tivesse um caderno com esse tipo de divulgação na sua última página.

Mas quero registrar a minha satisfação – não sei se me ouviram – por pelo menos não vermos mais no jornal *A Tarde*, nessa parte que anuncia encontros pessoais, aquelas mulheres semi-peladas com posições que agridem a formação das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Então, quero deixar aqui registrado o meu aplauso a essa iniciativa do jornal *A Tarde* de ter retirado do seu caderno Populares esse tipo de propaganda. Mas afirmo que mesmo assim queremos continuar fazendo essa discussão, porque acho que um veículo de comunicação do porte desse jornal não pode estar incentivando ou fazendo cadernos que atraiam a atenção de crianças para essa leitura. É uma postura de desgaste e desmoralização e enfraquecimento da mulher através da exposição do seu corpo da forma como estavam colocando as mulheres de programa no jornal.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana por 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, concursados agentes penitenciários e policiais civis, senhoras e senhores que nos acompanham através da *TV Assembleia*, jornalistas presentes, servidores, venho à tribuna nesta segunda-feira e começo a tratar do assunto que mais preocupa a vida dos baianos hoje, justamente a segurança pública, deputado Carlos Geilson.

Trago aqui algumas manchetes de jornais, como já faço há algumas segundas-feiras, mostrando a este Parlamento que não podemos aceitar com tranquilidade que o Estado da Bahia seja o destino preferencial do crime organizado.

“Policial militar é baleado em ônibus no comércio.”

“Bandidos explodem caixas eletrônicos na agência do Banco do Brasil de Ubaíra.”

“Duas pessoas morrem em ataque a bar em Itabuna.”

“Vários homicídios no final de semana na Região Metropolitana de Salvador.”

Senhor Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, o governo do Mato Grosso

excluiu 117 milhões em verbas indenizatórias do cálculo de despesas pessoais. Na quinta-feira passada, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia respondeu a uma consulta do secretário da Sesab e também excluiu as verbas indenizatórias do cálculo de índice de pessoal do governo do Estado. Ou seja, Senhores e Senhoras, o governo do Estado da Bahia não tem mais desculpa, ele já tem a condição de contratar os policiais civis e os agentes penitenciários. (Palmas das Galerias.) Não fazer isso é admitir, deputado Rosemberg, que o Estado da Bahia seja um dos estados mais violentos do Brasil com tranquilidade. E eu tenho certeza que o governador do Estado da Bahia, Rui Costa, que é um homem sério, é um homem bem-intencionado, não pode deixar que este Estado seja o destino preferencial do crime organizado. Os baianos não aguentam mais serem esculachados diariamente pela bandidagem. Homens e mulheres, trabalhadores vêm sendo maltratados pela bandidagem no Estado da Bahia. E esta Casa legislativa não tem sido grande o suficientemente para corresponder à expectativa do povo da Bahia.

Eu pergunto a V.Ex^{as}: como pode uma Casa Legislativa como esta ser unanimidade? Os 63 parlamentares entendem que o governador deve nomear os policiais civis e os agentes penitenciários imediatamente. O governador agora tem a condição de fazer . Como podemos aceitar que não o faça? Essa é uma cobrança de toda a população baiana.

As 417 cidades que compõem o Estado da Bahia não se sentem seguras no dia de hoje. E nós temos policias civis e agentes penitenciários concursados e treinados pela Academia de Polícia, aguardando apenas a nomeação pelo governador, que alegou que não o faria porque o limite prudencial não permitia. E agora que as verbas indenizatórias saíram do cálculo de despesas com pessoal, qual será a próxima justificativa desse governo para não nomear os agentes penitenciários e os policiais civis?

É triste, é lamentável. E quem está pagando o preço dessa irresponsabilidade é o povo da Bahia. Nós não vamos retroceder um centímetro sequer dessa luta pela nomeação dos policias civis e dos agentes penitenciários, justamente, Sr. Presidente, porque essa é a vontade da maioria do povo da Bahia.

Vamos ficar na expectativa que o governador Rui Costa honre com sua palavra e nomeie os policiais civis e os agentes penitenciários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores, imprensa, visitantes, meu querido deputado Adolfo Viana, é lógico que o governador Rui Costa tem colocado publicamente o desejo de resolver o problema da segurança

pública – que não é um problema localizado apenas no Estado da Bahia – e de provavelmente admitir todos os concursados, não só da Polícia Civil, da Polícia Militar, como todos os concursados para o Estado da Bahia. Agora, é lógico que isso requer uma discussão interna do Executivo, e, obviamente, não depende apenas da nossa vontade.

Ouvi aqui, deputada Luiza Maia, o deputado Sargento Isidório, meu amigo. Sou um admirador do seu trabalho, mas o deputado Isidório, deputado Adolfo Menezes, tem trazido aqui um debate sobre plano de educação que não corresponde ao que está escrito no plano de educação que veio para esta Casa.

Eu tive o trabalho, este final de semana, de estudar o projeto. Me reuni com diversos segmentos da área de educação, com alguns sociólogos, psicólogos preocupados, deputada Fabíola, com o Plano de Educação do Estado da Bahia, e não há reparo, do ponto de vista do debate messiânico que faz o deputado e meu querido amigo Sargento Isidório.

Eu sou católico praticante, formado na Igreja Católica, e não tenho nenhum problema de vir a público dizer que não há na redação do Plano Estadual de Educação nenhum estímulo a qualquer tipo de promiscuidade, como coloca aqui nos seus discursos o deputado Sargento Isidório.

Acho que amanhã nós vamos fazer esse debate. Hoje cheguei a conversar particularmente com o deputado, quero fazer isso amanhã, até quarta-feira, porque uma coisa é o que ele acha que pode acontecer nas escolas, outra coisa, deputado Joseildo Ramos, é o que está escrito no Plano Estadual de Educação, que não fala nada. Essa história de banheiro para homem e para mulher, de que vai ensinar menino a brincar de boneca, menina a brincar de..., não tem nada disso, isso é uma fantasia.

Quero muito conversar com meu querido deputado Sargento Isidório, eu que sou um incentivador da sua candidatura a prefeito da cidade do Salvador. Mas quem quer ser prefeito de uma cidade como Salvador não pode, obviamente, trazer um debate nesse nível, onde há uma distorção entre o que ele está colocando e o que diz o Plano Estadual de Educação apresentado pelo governo do Estado da Bahia.

Quero aqui, nesse sentido, conclamar todos os deputados e deputadas, para, amanhã, fazermos um debate. Não é um debate sob o olhar da religião. Nós precisamos fazer um debate sob o olhar da educação. Nós precisamos estar imbuídos do interesse da formação educacional dos nossos estudantes e da formação dos nossos professores.

Para tirar qualquer dúvida em relação a dois artigos que o deputado apresenta em duas emendas que ele faz, em uma delas eu propus... e os integrantes da área educacional não têm nenhum problema em admitir que a gente possa separar a parte que fala da formação dos professores e a parte que fala sobre a inclusão curricular.

Ou seja, para tirar qualquer dúvida, poderemos – sem mudar o conceito do plano de educação nesse artigo, que é um questionamento – deixar escrito, às claras, a formação dos professores dentro da concepção e da frase que está posta no plano de

educação e a inclusão nos currículos de medidas que sejam contrárias a qualquer tipo de discriminação nas escolas, no processo de formação dos nossos alunos.

Então, meus queridos deputados e deputadas, eu acho que quem lê o plano de educação estará preparado para defendê-lo na íntegra, porque não há nada nele que possa, obviamente, diminuir o tamanho da importância dos parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que nos visitam nas galerias, assim que chegou a esta Casa, o deputado Leur Lomanto disse “Domingo nos veremos!”. Eu pensei que tivéssemos nos vistos ontem, no Barradão. Quer dizer, domingo é que vamos nos ver, novamente? (Risos)

Srs. Deputados, colegas da imprensa – e destaco a presença do jornalista Tasso Franco –, trago aqui a esta tribuna um assunto que está gerando uma polêmica na Capital. E eu concordo com as pessoas que estão se manifestando contra o projeto da vereadora petista Vânia Galvão, que muda o nome do circuito Barra/Ondina para circuito Daniela Mercury, retirando o nome de Adolfo Antônio Nascimento, mais conhecido como Dodô, que formou dupla com Osmar e foram os criadores da guitarra elétrica, do pau elétrico, que possibilitou o trio elétrico, inventado aqui na Bahia.

O cantor Moraes Moreira divulga uma carta e quero ler alguns trechos, porque quero ser consoante com Moraes Moreira. Ele diz: (Lê) “Chega de ingratidão, Bahia, seus filhos pródigos não merecem isso. Esta história vem de longe, todos sabemos que Dorival Caymmi tinha sérias queixas da Bahia. Outros nomes importantes, até de outras áreas, também sofreram e sofrem a falta do devido reconhecimento por partes das autoridades que nos representam. Eu certamente também me incluo nesta lista.

Pelo que sei, este projeto foi aprovado pela Câmara Municipal, quem sabe a toque de caixa, pois agora só depende da sanção do Sr. Prefeito. É no mínimo espantoso, um erro histórico imperdoável. Todos sabemos da enorme contribuição do nosso mestre, não só na invenção do poderoso TRIO ELÉTRICO, como também e principalmente na criação do Pau Elétrico, que veio dar na guitarra baiana, colocando desta maneira a Bahia como pioneira na criação da Guitarra Elétrica. É um divisor de águas. A nossa folia se conta antes e depois do trio elétrico...”

E, justamente não tirando os méritos da cantora Daniela Mercury – porque nesse circuito foi a primeira a instalar camarotes, sempre muito criticados pelo PT. O PT criticava demais os camarotes da Barra/Ondina, diziam que era a elite. Vejo que uma vereadora do PT homenageia Daniela Mercury, porque foi precursora da instalação de camarote no circuito Barra/Ondina.

Acredito no bom senso do prefeito ACM Neto, que vetará esse projeto. Nada

contra a decisão da Câmara, não estamos nos colocando contra a decisão da Câmara, mas entendo que seja uma iniciativa extemporânea. Isso retira da história da Bahia o nome de uma figura bacana, de uma figura importante. O circuito Campo Grande ficou Osmar, porque até o passado era o mais quente do Carnaval de Salvador. Osmar sempre foi mais expansivo, viveu mais que Dodô, que era uma figura mais recolhida, mais tímida. Naquela época, o circuito Barra/Ondina ainda não tinha a força que tem hoje.

Esse circuito foi homenageado com o nome de Dodô. Nada contra a cantora Daniela Mercury, que deve esperar a sua vez. Assim como se a homenagem é a Daniela existem outros artistas baianos que estão na frente da Daniela: Moraes Moreira, Ivete Sangalo, Carlinhos Brown. Se observarmos esses artistas baianos para fazer a homenagem, há muitos que estão na frente da cantora Daniela Mercury. Como disse um estudioso da música da Bahia: “Daniela espere a sua vez”. No lugar da cantora, tomaria a iniciativa de pedir a vereadora que retirasse esse projeto – já foi aprovado, mas pelo menos a Câmara encontre um meio de engavetar essa iniciativa. Seria de forma muito grosseira, imagine para a família do Dodô, para os netos, para os filhos, de repente ser jogado no lixo o nome dele, ser retirado do que foi uma justa homenagem.

Portanto, fica aqui o meu protesto à iniciativa da vereadora petista Vânia Galvão, pedindo ao prefeito ACM Neto que não sancione essa aberração.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputada Fabíola Mansur, a única deputada presente neste instante, aqueles que nos assistem e ouvem pela *TV Assembleia*, venho a esta tribuna para cerrar fileiras com o pronunciamento do meu companheiro de Bancada Rosemberg Pinto. Esta Casa tem a oportunidade única de discutir um assunto que não pode passar ao largo de um olhar da compreensão, responsabilidade, acima de tudo da assunção do papel do Parlamento baiano, que deve analisar com criticidade toda a matéria que vem a esta Casa e que cala fundo em dogmas e visões messiânicas da nossa sociedade e temos que ter coragem de enveredar e aprofundar certas discussões.

Não é mais possível que a sociedade cause de maneira muito extremada àquelas pessoas que nascem com as suas orientações sexuais, e não são preferências, são orientações sexuais. Imaginem que nas famílias de muitos que aqui estão, há pessoas cujas orientações sexuais já vêm trabalhadas geneticamente na sua existência. Como a Bahia pode ter uma escola não inclusiva, que não reconheça essa peculiaridade da nossa sociedade? E não é da sociedade moderna, porque desde a existência do gênero humano essa complexidade nos acompanha.

Imaginem a tormenta por que passa uma dessas pessoas sem ter reconhecido o seu direito à diversidade, aos seus sentimentos. E nós aqui a discutirmos algo tão sério, permeado por dogmas, permeado por visões messiânicas que beiram a hipocrisia.

Como é que pode dentro de uma escola que se pretende ser inclusiva, estarmos repercutindo armários que condenam as pessoas a se esconderem porque as suas preferências não são aceitas, as suas preferências vírgula, suas orientações não são aceitas pelo “senso comum”, entre outras, de uma sociedade eivada de hipocrisia?

Como vamos perder a oportunidade de exercer o desiderato desta Casa, de mergulhar profundamente, de ouvir a visão técnica, de ouvir a ponderação de quem é contra, de ouvir a argumentação e as razões de quem sofre pelo preconceito, pela marginalização, pelo desconhecimento da essência plural da nossa sociedade?

E nós estamos aqui a fazer um discurso hipócrita. E não estou falando de nenhum deputado, porque nós devemos aqui respeitar todas as crenças que serão bem-vindas, mas precisamos estar aqui, a todo o tempo, inaugurando o processo de generosidade, de reconhecimento, da pluralidade da nossa sociedade. Como é que o Parlamento baiano vai desconhecer a essência, a importância, de uma causa como essa?

Na verdade, já faz tempo que eu não via, deputada Fabíola Mansur, uma peça de proposta de projeto de lei tão madura, tão aprofundadamente discutida pela representação da sociedade, de maneira ecumênica, até nas visões religiosas, congregando a generosidade, o reconhecimento.

Família, o conceito de família, qual a família que deve ser reconhecida? É uma unidade de afeto familiar. É assim que ela deve ser posta, porque senão o tapete da hipocrisia não vai ter a dimensão necessária para encobrir a nossa vergonhosa incapacidade de aprofundar as discussões que são muito caras para a sociedade moderna.

Então esta é a minha manifestação acerca desse tema, Sr. Presidente.

Obrigado por sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por falta de número suficiente de deputados para continuar a sessão, declaro a mesma encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php> Acesse e leia-as na íntegra.